

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
ARIANA BATISTA DA SILVA
(ORGANIZADORES)

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0157-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.575222604>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva, Ariana Batista da (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: avanços, limites e contradições”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de desafios demandados pela Pandemia.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada do processo de ensino e aprendizagem presencial, pelas redes de ensino, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade, vivenciada na atualidade. Dessa forma, não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além do “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel desta, assim como, da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Diante disso, a Educação se consolida como parte importante das sociedades, ao tempo que o “ato de ensinar”, constitui-se num processo de contínuo aperfeiçoamento e transformações, além de ser espaço de resistência, de um contínuo movimento de indignação e esperançar, como sinalizou Freire (2018). No atual contexto educacional, a Educação assume esse lugar “central”, ao transformar-se na mais importante ferramenta para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
Ariana Batista da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1


QUESTÕES EDUCACIONAIS: UMA REALIDADE EM ANGOLA E NO BRASIL

Gabriel Rodrigues Serrano

Damião de Almeida Manuel

Niembo Maria Daniel

Elijane dos Santos Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226041>

CAPÍTULO 2..... 20

OS DESAFIOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM O ENSINO REMOTO

Ilze Maria C. Machado

Katia Mosconi Mendes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226042>

CAPÍTULO 3..... 30

ESTÁGIO DOCENTE SUPERIOR E O CONSTITUIR-SE PROFESSORA NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE GENÉTICA

Ariana Batista da Silva

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226043>


CAPÍTULO 4..... 43

AS LEIS 10639/2008 E 11645/2008 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Adriany de Ávila Melo Sampaio

Antônio Carlos Freire Sampaio

Rosana de Ávila Melo Silveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226044>

CAPÍTULO 5..... 51

MERCOSUL EDUCACIONAL E PROCESSO DE BOLONHA: A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM QUESTÃO

Tatiana Carence Martins

Aurélio Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226045>

CAPÍTULO 6..... 61








EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DUALIDADE EDUCACIONAL






Plínia de Carvalho Bezerra

João Paulo Lira Martins

Prucina de Carvalho Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226046>

CAPÍTULO 7	73
A BIOÉTICA E AS CIÊNCIAS NATURAIS - 1975 A 2019	
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226047	
CAPÍTULO 8	92
CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA FREIRIANA À INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Olga Mara Bueno	
Vanessa Bernardi	
José Carlos Winkler	
Rita de Cássia da Silva Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226048	
CAPÍTULO 9	106
ENCRUZILHADAS VIRTUAIS E ANTIRRACISMOS CONTEMPORÂNEOS	
João José do Nascimento Souza	
Rogério Luís da Rocha Seixas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226049	
CAPÍTULO 10	119
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA	
Rebecca de Castro Teixeira	
Florença Cruz da Rocha Ebeling	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260410	
CAPÍTULO 11	128
ADOLESCENTES MARCADOS: VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Carolina Cunha Seidel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260411	
CAPÍTULO 12	140
REPRESENTAÇÕES ACERCA DAS DINÂMICAS EDUCATIVAS, CULTURAIS E TRADICIONAIS COM CRIANÇAS E JOVENS: UM ESTUDO DE CASO	
Paulo César Bulhões	
Isabel Cabrita Condessa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260412	
CAPÍTULO 13	155
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PREFIGURAÇÃO DO AGIR DOCENTE	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260413	

CAPÍTULO 14.....	174
COMPLEXIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: INOVAR, INTERAGIR E INTEGRAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Sueli Perazzoli Trindade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260414	
CAPÍTULO 15.....	184
ESTILOS DE LIDERAZGO Y GESTIÓN ADMINISTRATIVA DE LOS DIRECTIVOS DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS PÚBLICAS DE LA REGIÓN PUNO DEL PERÚ	
Demetrio Flavio Machaca Huancollo	
Leopoldo Wenceslao Condori Cari	
Edy Larico Mamani	
Jenner Volney Sanchez Arapa	
Proto Washington Caira Centeno	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260415	
CAPÍTULO 16.....	195
FACTORES PARA LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL EN ORGANIZACIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. CASO UNAD-COLOMBIA	
Diana Marcela Cardona Román	
Hugo Alberto Martínez Jaramillo	
María Crisalia Gallo Araque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260416	
CAPÍTULO 17.....	227
GESTÃO E CURRÍCULO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO SUL CATARINENSE	
Gisele da Silva Milanez	
Antonio Serafim Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260417	
CAPÍTULO 18.....	242
BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA EQUIDADE DE GÊNERO	
Thayse Melo Borges	
Mareli Eliane Graupe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260418	
CAPÍTULO 19.....	249
EDUCACIÓN CONTINUA, COMO ALTERNATIVA PARA AMPLIAR LA OFERTA EDUCATIVA EN EL INSTITUTO TECNOLÓGICO SUPERIOR DE TEPEXI DE RODRÍGUEZ	
Behetzaida Martínez Regules	
Socorro Pacheco Pérez	
Edgardo Roldán Y Tovar	
Heriberto Vázquez Guevara	

SOBRE OS ORGANIZADORES	256
ÍNDICE REMISSIVO.....	257

CAPÍTULO 1

QUESTÕES EDUCACIONAIS: UMA REALIDADE EM ANGOLA E NO BRASIL

Data de aceite: 01/04/2022

Gabriel Rodrigues Serrano

Aluno do Mestrado Acadêmico em Filosofia e História da Educação no Brasil na UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências). Membro do grupo de pesquisa “HiDEA-Brasil - História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil” da UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências)
Marília-SP, BRASIL

Damião de Almeida Manuel

Pesquisador em Ciências da Educação, na linha de filosofia e História da Educação. Estudando a História das Instituições Educativas em Angola, é membro do grupo de pesquisa “HiDEA-Brasil - História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil” da UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências)
Marília-SP, BRASIL

Niembo Maria Daniel

Pesquisadora em Ciências da Informação e membro do grupo de pesquisa “Informação Conhecimento e Inteligência Organizacional” da UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências)
Marília-SP, BRASIL

Elijane dos Santos Silva

UNESP – Membro do grupo de pesquisa “HiDEA-Brasil - História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil” da UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências). UNESP (Faculdade de Filosofia e Ciências). Marília-SP, BRASIL. Membro do grupo de pesquisa GEPALE- Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional da UNICAMP (Universidade de Campinas)
Campinas-SP, BRASIL

RESUMO: O presente estudo consiste em apresentar os resultados de investigações que buscaram ampliar as possibilidades de um olhar sobre a diversidade e a realidade educacional em Angola e no Brasil pela comunidade escolar. A escolha do tema abordado se deu por meio de reflexões e percepções de pesquisadores em educação e ciência da informação, pois as questões educacionais englobam duas realidades distintas, presentes na realidade angolana e brasileira. A pesquisa foi realizada sob os pressupostos teóricos do referencial metodológico da pesquisa qualitativa com base na pesquisa bibliográfica. Inicialmente, fizemos um histórico das questões educacionais no Brasil, especificamente a supervisão docente, analisando a política e sua influência no contexto histórico. Superior de Angola suas questões políticas, olhando assim as experiências de “lugar”, reconstruindo a história das instituições educacionais em Angola, visando compreender um posicionamento de senso comum das experiências vividas pelos atores da história, com base em documentos oficiais. Por fim, concluímos que nos estudos sobre sexualidade e gênero, o referencial teórico é constituído pelas formulações de Freire (2015), Stoller (1993) e Pinto (2015) e considerando as preocupações de Freire (2015), sobre as questões do acolhimento diversidade na escola, surgiu o seguinte questionamento: como as escolas de educação infantil têm funcionado, por meio da literatura infantil e de seus espaços físicos, tão acolhidos, centralmente nas questões de gênero. É um estudo inédito porque articula pesquisas brasileiras e angolanas sobre questões educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição de ensino. Angola. Brasil. Diversidade. Gênero.

ABSTRACT: The present study consists of presenting the results of investigations that sought to expand the possibilities of a look at the diversity and educational reality in Angola and Brazil by the school community. The choice of the topic addressed was based on reflections and perceptions of researchers in education and information science, as educational issues encompass two distinct realities, present in the Angolan and Brazilian reality. The research was carried out under the theoretical assumptions of the methodological framework of qualitative research based on bibliographic research. Initially, we made a history of educational issues in Brazil, specifically teacher supervision, analyzing the policy and its influence in the historical context. Superior of Angola its political issues, thus looking at the experiences of "place", reconstructing the history of educational institutions in Angola, aiming to understand a common sense positioning of the experiences lived by the actors of history, based on official documents. Finally, we conclude that in studies on sexuality and gender, the theoretical framework is constituted by the formulations of Freire (2015), Stoller (1993) and Pinto (2015) and considering the concerns of Freire (2015), on the issues of welcoming diversity at school, the following question arose: how early childhood education schools have worked, through children's literature and their physical spaces, so welcomed, centrally on gender issues. It is an unprecedented study because it articulates Brazilian and Angolan research on educational issues.

KEYWORDS: Educational institution. Angola. Brazil. Diversity. Genre.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste em apresentar os resultados de investigações que buscaram ampliar as possibilidades de visualização da diversidade e da realidade educacional em Angola e no Brasil pela comunidade escolar. A escolha do tema abordado partiu de nossa reflexão e percepção de pesquisadores em educação e ciência da informação, uma vez que as questões educacionais abordadas neste artigo tocam em duas realidades distintas, mas estão presentes na realidade angolana e brasileira. Destacando a dimensionalidade plural dos temas em desenvolvimento, percorrendo diversas áreas do conhecimento e diferentes ambientes do Brasil na América do Sul e Angola no continente africano, a fusão dos assuntos em abordagem visa apresentar de forma detalhada a realidade dos estudos de pesquisa perdoe luz e caminho na obtenção de resultados satisfatórios.

Diante do exposto, apresentaremos os resultados das discussões realizadas em diferentes ambientes e espaços escolares.

Partimos do pressuposto de que a historicidade pode ser considerada uma ciência histórica que se estrutura ou alude à história no processo, ou seja, é uma história dotada de rupturas e continuidades, na busca de uma austeridade científica, examinando as veracidades absolutas, transposta pela História da Educação Brasileira, nos possibilitou afirmar uma análise vinculante, não havendo possibilidade de avaliação se não houver real compreensão da historicidade geral.

Tal posicionamento se dá diante das influências de situações e conflitos existentes diante da história, pois, como se sabe, a própria história é dotada de mudanças, conflitos e experiências diversas, para os tempos e em todos os espaços.

Segundo Hobsbawm (1998), a relação da história desperta nos atores políticos que, no caso aqui abordado, esses sujeitos estão inseridos no contexto educacional, nas responsabilidades e na ação diante dos fatos históricos veiculados, bem como pela crítica do ideológico e político embutido na própria história.

Sequencialmente, procuramos analisar a evolução das instituições privadas de ensino superior (IES) em Angola, especificamente na capital do país, por terem uma maior concentração de IES neste setor privado. Por conta dessa proposição de que há competitividade entre as instituições, a ideia é olhar para a geração de inovação voltada para a pesquisa científica que vise o desenvolvimento socioeconômico e a construção de uma sociedade do conhecimento.

Por fim, destacamos que a inclusão, mesmo sendo um assunto que suscita divergências ao ser abordado, é fundamental para o desenvolvimento das potencialidades presas na opressão vivenciada pela comunidade LGBTQ+ dentro das escolas de educação infantil.

2 | MÉTODOS

O presente estudo pode ser caracterizado como exploratório e descritivo, tem abordagem qualitativa e quantitativa e inclui análise documental. A pesquisa exploratória visa proporcionar familiaridade com o campo de estudo e é amplamente utilizada em pesquisas cujo assunto foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para obter uma visão geral de determinados fatos. (Gil, 2002).

A maioria dos trabalhos utiliza pesquisa bibliográfica, da mesma forma, foi feito um levantamento bibliográfico para aprimorar as ideias sobre os fatos relacionados aos temas em estudo defendidas por diversos pesquisadores. (Gil, 2010). Assim, as análises foram extraídas de artigos, teses, livros, jornais e documentos governamentais do Brasil e de Angola.

A pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser retrabalhados de acordo com os objetivos de uma determinada pesquisa. Nesse caso, foram utilizados documentos que não receberam nenhum tratamento analítico, ou seja, documentos primários: decretos governamentais, legislação educacional, pareceres; bem como documentos que já receberam algum tipo de tratamento analítico, ou seja, documentos secundários: dados estatísticos extraídos do estudo sobre a evolução do ensino superior em Angola de Carvalho, 2012. (Gil, 2008).

3 | RESULTADOS

3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

O conjunto de sujeitos da chamada comunidade escolar.

3.2 Categorias temáticas e discussão

3.2.1 *Sexualidade e gênero na educação básica*

Com base em Freire (2014), o oprimido não deve se tornar opressor, mas deve, em primeira instância, libertar a si mesmo e ao opressor, pois ele o explora, o violento, verbal e fisicamente, desumanizando o oprimido, não contribuindo para sua plena individualidade. desenvolvimento.

A humanidade mencionada pelo autor só é recuperada quando os oprimidos deixam de ser violados, explorados, insultados pelo opressor. No entanto, para que a libertação de ambos ocorra, os oprimidos devem ter força e lutar pela igualdade e justiça. Lembrando que o opressor é desumanizado da mesma forma que o oprimido é.

Há opressores que se arrependem e tentam transformar suas atitudes opressoras. No entanto, mal sabem eles que só se tornarão falsos generosos. Segundo Freire (2014, p. 41-42) “Os opressores falsamente generosos precisam que sua “generosidade” continue tendo a oportunidade de se realizar, a permanência da injustiça”, ou seja, o opressor que revela suas distintas agressões no cara dos oprimidos, ele nunca deixará de ser um opressor, ele será um falso generoso, criando um falso amor pelos oprimidos.

A opressão é cruel, e pode começar com a maior força da escola, mesmo com os colegas; a falsa generosidade deve se tornar verdadeira e para que se torne verdade, deve acabar com a ideia de falso amor, de covardia estendida pelos opressores.

Por isso, o pensamento correto coloca no professor ou, mais amplamente, na escola, o dever de não apenas respeitar os saberes com os quais os alunos, especialmente os das classes populares, alcançam saberes que são socialmente construídos na prática comunitária. ...] (FREIRE, 2004, p.30).

Percebe-se a importância do respeito que o professor deve ter com o aluno para que ele não seja mais oprimido e ainda permita que ele leve para as aulas realidades comunitárias vividas cotidianamente, onde há ausência de saneamento básico, as doenças são mais intensas, observações de injustiça testemunhadas principalmente por aqueles que vivem nas periferias das cidades onde vivem crianças com tiroteios, mortes por invasões policiais e disputas por territórios pelo comando do tráfico.

Ressalta-se que a escola deve ter contato direto com os alunos, uma intimidade acentuada, unindo a teoria com a prática, como dizia Karl Marx, unindo o currículo com o empirismo social dos alunos.

Utilizar a política no currículo escolar dos alunos para que possam tirar o seu poder

ser um fator importante na humanização dos oprimidos para que aprendam e operem em comunhão. O professor não deve desmistificar o aluno, desrespeitar, e muito menos usar o mesmo para ser um ser onipotente, pois isso resultará em exclusão no ambiente de trabalho no futuro.

Os modos de exclusão podem acontecer em diferentes ambientes, na escola daremos ênfase na comunidade LGBT e sua influência no desenvolvimento da aprendizagem. Muitas dessas exclusões se devem a uma deficiência de informação sobre a diferença no conceito de sexo e gênero. Nesse sentido, Stoller (1993, p. 21 apud PINTO, 2015, p. 73) afirma que: “[...] o sexo diz respeito aos aspectos biológicos, a consciência do sexo ao qual se pertence biologicamente, definindo o masculino e o feminino ; a gênero vai dizer respeito aos aspectos culturais e individuais dessa consciência, definindo o masculino e o feminino”.

Em sua pesquisa, Stoller (1993) levanta aspectos da identidade sexual e da identidade de gênero. Pinto (2015, p.73) também afirma que “a identidade sexual é constituída pela identidade sexual e pela identidade de gênero”. Assim, o autor explica que a identidade de gênero é construída a partir do que o indivíduo sente sobre sua feminilidade ou masculinidade, por meio da cultura na qual o indivíduo está inserido, na qual são impostos os atributos do feminino e do masculino.

Em consonância com os estudos de Pinto (2015, p. 73-74), gênero é um conceito cultural construído em função das diferenças biológicas entre os sexos, e uma luta está sendo travada para combater preconceitos, discriminações e estigmas para que a sociedade saiba respeitar as diferenças da comunidade LGBT+.

É fundamental que os professores lecionem suas aulas de acordo com sua formação acadêmica, sabendo respeitar a diversidade dos alunos nas salas de aula. “A questão da identidade cultural, que inclui as dimensões individual e de classe dos alunos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é o problema que não pode ser negligenciado” (FREIRE, 2004, p. 41-42), os fatores que devem ocorrer nas salas de aula são explicitados na citação do autor Freire, na qual ele enfatiza a importância de se ter uma cultura nas salas de aula para uma educação progressiva, onde os alunos terão o poder de transformar suas próprias vidas, conseqüentemente sua comunidade e sociedade, mostrando os perigos que a opressão traz aos oprimidos, pois um único e sólido fator é a não aceitação das diferenças dos seres humanos, querendo que todos sejam iguais, em termos de etnia, condição sexual e classe social.

No que diz respeito à sexualidade humana, essa inserção em um mundo pré-fabricado, e a conseqüente aquisição do “fundo de conhecimento à mão”, se faz principalmente por meio da família, como já vimos, mas é importante ressaltar que muitos outros agentes sociais e milhares de estímulos farão parte desse processo. Todas as pessoas (e, da mesma forma, todas as instituições) com quem convivemos- independente da idade, uns com mais força e influência que outros - ao exercerem sua sexualidade sugerem comportamentos, transmitem ideias, tabus, conceitos e preconceitos que são incorporados à educação sexual que está sendo construída socialmente.

(PINTO, 2015, p.27).

Sexualidade e educação andam juntas. No entanto, a cultura na qual o indivíduo estará inserido determinará diversos fatores, “Também, a educação sexual é uma parte da educação que busca promover a inserção da pessoa na sociedade a que pertence” (PINTO, 2015, p. 26), sendo efetiva a combinação da educação sexual com a educação básica, para que as pessoas possam se inserir na sociedade de forma mais justa, onde conheçam siglas relacionadas à educação sexual, seus direitos e deveres, as leis contidas nos estatutos em que garante a integridade dos independentemente de sua orientação sexual.

Embora o Brasil tenha evoluído em questões relacionadas aos direitos e liberdade das pessoas, existem muitos tabus relacionados aos direitos das pessoas, incluindo negros, LGBT’s+ e mulheres, nos quais muitas vezes lutam com preconceito e machismo.

4 | ANÁLISE DO CRESCIMENTO DAS IES PRIVADAS EM ANGOLA. UM OLHAR SOBRE A GERAÇÃO DE INOVAÇÃO NO CENTRO DA PESQUISA CIENTÍFICA

4.1 Contextualização sobre inovação na pesquisa científica

O contexto pós-industrial vivenciado em nossos dias, denominado “era da informação e do conhecimento”, são fatores cruciais para a compreensão de que a sociedade é pautada pelo poder da informação, pois estas têm sido utilizadas como insumos para a geração de riqueza em qualquer sociedade. (Valentim, 2002 Apud Valentim, 2008). Nessa lógica, entendemos que um país que pretende se tornar uma sociedade do conhecimento, o melhor caminho seria investir em universidades públicas/privadas, pois elas representam maiores promotores de conhecimento baseado em pesquisas científicas voltadas à geração de inovação. Silva & Valentim, 2008, afirmam que a participação do Estado de forma mais efetiva contribui para a boa preparação das universidades para melhor atender as necessidades/demandas. O termo inovação que seguimos vem do contexto econômico, pois é uma inovação que terá um impacto positivo na sociedade. Essa inovação segue a base schumpeteriana, onde é considerada objeto da Teoria do Desenvolvimento Econômico, introduzida nos ambientes organizacionais a partir do início do século XX pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (Silva & Valentim, 2018). Nessa lógica, podemos afirmar que as IES privadas podem se tornar fontes geradoras de inovação e atrair empresas/sociedade, investindo em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento para se tornar um diferencial competitivo e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Um país sem informação é um país sem conhecimento, é um país sem conhecimento, é um país sem desenvolvimento econômico e social. (Valentim, 2008). Garcia 2006 Apud Teixeira, 2014, p.70-71 defende que “o processo de inovação começa com uma ideia simples ou complexa, introduz novidades na tecnologia a partir da experiência (...) baseada em pesquisas científicas. Assim, as inovações institucionais

visam promover a aproximação entre faculdades e empresas, muitas vezes estimuladas pelo governo. ETZKOWITZ E LEYDESDORFF, 2000. Reforçando sua ideia, afirma que as interações universidade-indústria-governo formam uma “tríplice hélice” de inovação e empreendedorismo, considerando-o como chave para o crescimento econômico baseado no conhecimento e o desenvolvimento social. (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017). O Governo tem papel fundamental nesse processo, ou seja, na criação de políticas públicas que fomentem a pesquisa científica, na cooperação ativa com instituições e empresas de ensino, na contratação de parceiros privados que financiam a pesquisa, na fiscalização das ações de as IES no centro da pesquisa científica que gera inovação, visando a construção da sociedade do conhecimento e o desenvolvimento da sociedade.

4.2 O crescimento das IES privadas em Angola

Até o início da década de 1960, Angola não possuía nenhuma IES em seu território. (Liberado, 2014). A falta de um subsistema neste momento em território nacional levou à mobilização de muitos jovens para o ensino superior no estrangeiro, ou seja, na colónia, Portugal. (Liberado, 2012). O ensino superior em Angola começou nas cidades de Luanda e Huambo a partir de 1962 na altura, uma colónia portuguesa. Com a independência nacional em 1975, foi criada a primeira universidade pública do país denominada Agostinho Neto (uma homenagem ao primeiro presidente), e; em 1992, foi criada uma universidade católica, a primeira instituição privada de ensino superior. Mais alto a educação em Angola tem actualmente uma elevada oferta de cursos de licenciatura em instituições de ensino superior que operam em dezoito cidades angolanas. Possui ainda mais de dez cursos de mestrado e dois cursos de doutorado. (Carvalho, 2012). Até 2011, Angola tinha trinta e oito IES, das quais dezasseis eram estatais e vinte e duas privadas. Ao longo do tempo, as necessidades do país evidenciaram um aumento proporcional da procura de indivíduos no ensino superior, ou seja, notou-se o reconhecimento por parte dos angolanos no ensino superior para responder aos desafios do próprio país. Neste sentido, o apoio do governo angolano na formação dos jovens e no alívio da elevada procura nas instituições estatais foram as causas profundas do ensino superior privado naquele país. A tabela abaixo mostra a evolução das IES privadas em Angola:

Designação	Ano de criação	Sede
Universidade Católica de Angola (UCAN)	1992	Luanda
Universidade Jean Piaget de Angola (UJPA)	2001	Luanda
Universidade Lusíada de Angola (ULA)	2002	Luanda
Universidade Independente de Angola (UNIA)	2005	Luanda
Universidade Privada de Angola (UPRA)	2007	Luanda
Universidade de Belas (UNIBELAS)	2007	Luanda

Tabela 1 - Instituições privadas de ensino superior em Angola- 2011

Fonte: Carvalho, 2012 apud MESCT 2012

Analisando, desde o surgimento das IES privadas, o país contava com vinte e duas instituições privadas. O número de IES privadas cresceu todos os anos, significando que, a partir de 1992, o número de crescimentos foi de (1) uma instituição até 2005, aumentando (8) oito em 2007, esta ainda na cidade de Luanda, finalmente em 2010 cresceu com mais (10) dez, abrangendo outras províncias do país neste setor privado, totalizando vinte e duas instituições. Assim, 2007 é o ano em que se verifica o maior crescimento nos restantes anos, ou seja, na província de Luanda, provocando concorrência no sector do ensino superior privado.

O Governo angolano, através do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, tem autonomia para ditar e fiscalizar as políticas de execução das instituições públicas e privadas que têm por missão a formação de quadros superiores. Dentro das suas funcionalidades, este órgão ministerial inclui na sua estrutura, a Direcção Nacional de Ciência e Investigação Científica, que visa promover a investigação científica fundamentalmente aplicada e experimental para a construção de uma sociedade do conhecimento. (Decreto Presidencial nº 26/18).

4.3 O processo de criação dos primeiros cursos de licenciamento em ciências da educação na província de Malanje em Angola: uma história através de documentos normativos

Partindo do pressuposto de que tudo deve ter um começo para que haja uma história, depois de muitos anos de espera pelo Ensino Superior Público na Província de Malanje em Angola, surge uma luz, trazendo esperança ao povo da região, com a criação da Universidade Lueji 'Nkonde, abreviada como "ULAN" como Instituição Pública de Ensino Superior.

“ Lugar” (DE CERTEAU, 1979, p. 27 grifo nosso) em que podemos vivenciar o cotidiano de uma instituição de ensino, em toda a sua diversidade de sujeitos, saberes e relações que a constituem. Esta universidade é, nos termos da lei, uma pessoa colectiva de direito público, com estatuto de instituição pública, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar, nos termos da legislação em vigor pelo Decreto n.º 7/09 de 12 de Maio, do Conselho de Ministros.

Com sua deliberação, a ULAN foi desenvolvida para atuar em nível regional e suas atividades seriam voltadas para a Região Acadêmica n.º IV, abrangendo as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje.

Nesta perspectiva, no mesmo ano (2009), é criada a FMM (Faculdade de Medicina de Malanje), tornando-se a primeira instituição pública de ensino superior da província pertencente à Universidade Lueji A'Nkonde. Marcando um período importante na história do ensino superior. A princípio, isso representou um ganho significativo para a Província de Malanje, mas com o passar do tempo ficou claro que a FMM não respondia à demanda da população estudantil da Província com desejo de cursar o Ensino Superior, a especificidade do curso de medicina curso e o número reduzido de vagas deixou um elevado número de candidatos fora do Ensino Superior, o que obrigou a população a contestar a falta de oportunidade de continuar os estudos no Ensino Superior na Província, obrigando o Governo Provincial de Malanje a criar cursos relacionados para Ciências da Educação com maior número de vagas.

Conforme excerto acima, “A inclusão, [...] do curso de graduação em medicina, tranquilizou em parte o espírito de muitos Malanjinos. Mas os Malanjinos queriam muito mais. Eles queriam uma gama mais ampla de instituições de ensino superior na província.” (Curihgana, 2011, p. 1).

Criação dos primeiros cursos de ciências do ensino superior em Malanje. Em 2011, a Universidade Lueji A'Nkonde decidiu abrir os primeiros cursos de Licenciatura em Ciências da Educação na Província de Malanje com o total apoio do Ministério do Ensino Superior em colaboração com o Governo Provincial de Malanje, que tinha a missão de assegurar a organização das condições logísticas.

A aprovação de novos cursos na região geraria inclusão nos diversos níveis do ensino médio. “É um processo complexo que exige um alto grau de reflexividade sobre o problema ou demandas, a política, os resultados/efeitos, as consequências materiais para diferentes sujeitos e classes sociais.” (MAINARDES, 2018, p. 188).

Os cursos de ciências da educação de Malanje utilizariam os espaços da Faculdade de Medicina de Malanje no período pós-emprego com instalações temporárias. Por falta de orçamento e por ser um curso criado sem deliberação do Conselho de Ministros angolano, os alunos aprovados no exame de acesso teriam a obrigação de contribuir com mensalidades para garantir a remuneração dos professores e técnicos administrativos. Os jornais continuaram noticiando a criação dos cursos com mais veracidade “informaram

que os Malanjinos teriam alcançado seus sonhos com a criação dos cursos de Ensino de Pedagogia e Ensino de Matemática”.

Os cursos seguiram as regras estabelecidas pelo MÊS, no que se refere à matrícula, exame, matrícula e início das aulas, sob a égide de uma comissão de trabalho nomeada, e em 2013 foi nomeado pelo Reitor da ULAN (2009-2015) Samuel Carlos Vitorino, tornando-se Jutema Hebo Kitumba Coordenadora da comissão de instalação dos Cursos de Ciências da Educação em Malanje, coadjuvado por Francisco Jacucha Quimbanda para assuntos académicos, e o infeliz Carvalho Coxe para assuntos científicos. “A referida comissão tinha por finalidade responder por questões académicas e científicas, garantindo assim o normal funcionamento dos respectivos cursos [...]” (ANGOP, 2011). Desenvolvimento da cultura académica na Província de Malanje.

A implementação da Licenciatura em Pedagogia e Ensino da Matemática na província de Malanje, criou oportunidades para o desenvolvimento da cultura académica na província, criando aberturas e oportunidades para muitas pessoas a frequentarem pela primeira vez o Ensino Superior, abrindo portas para a melhoria do ensino.

O maior jornal do país (Jornal de Angola), abordou alguns alunos que ingressaram nos cursos:

Do lado dos beneficiários do ensino superior, há uma grande alegria. O nosso relatório dirigiu-se a alguns alunos e eles manifestaram a sua satisfação com a chegada dos cursos superiores à província. João Joaquim Coimbra Zangue disse que esta é uma mais valia, pois vai fazer com que os jovens deixem de se deslocar para outros pontos do país em busca do ensino superior. Para Neusa Manuela da Costa Nascimento, a inserção dos cursos superiores em Malange vai permitir o desenvolvimento da cultura académica da província, pois “a nossa província sempre quis isso. A Quéssua é o nosso berço do conhecimento e muita gente já passou por lá, então acho que devemos retomar nossa cultura académica”, disse visivelmente satisfeita. Ezequiel José Júlio, outro interlocutor do Jornal de Angola, aproveitou para apelar a todos os jovens para que aproveitem ao máximo a oportunidade de estudar em Malange, à medida que estão criadas as condições para o crescimento académico. Antes da guerra que destruiu grande parte das suas infra-estruturas, a Missão Quéssua era um dos maiores centros académicos de Malange. Muitos dos actuais quadros do aparelho do Estado receberam a sua formação académica em Quéssua (Jornal de Angola 2011).

4.4 Abertura do ano letivo

A 11 de março de 2011, o sonho concretizou-se com a abertura do ano letivo da Licenciatura em Ciências da Educação em Malanje, numa cerimónia conjunta com a Faculdade de Medicina de Malanje, pertencente à Universidade Lueji A'Nkonde. Refira-se que a FMM disponibilizou as suas infra-estruturas, recursos humanos e materiais de apoio na fase inicial de abertura dos cursos.

Os cursos de ciências da educação foram criados por deliberação do Magnífico Reitor da Universidade Lueji A'Nkonde na perspectiva da expansão do Ensino Superior no

País.

O Reitor da Universidade Lueji A'Nkonde Samuel Carlos Vitorino declarou que os novos alunos não estariam na Universidade, a menos que fossem abertos novos cursos, significa que o aumento da oferta de cursos permitiu que muitas pessoas tivessem acesso ao ensino superior e, isso é para si, um grande ganho para a nossa Universidade, para a nossa região, para o nosso país. A abertura desses cursos, é claro, representa um grande desafio para a Universidade, que é conduzir esses cursos com sucesso [...]. (SOARES, 2011. p. 1)

Demonstra-se que “O Estado não pode ser entendido como algo separado da estrutura da sociedade, de suas classes sociais, de suas contradições. Deve ser entendido a partir de uma dupla perspectiva de toda ação política: força e consenso.” (AGUIAR, 2006. p. 15).

Os cursos de ciências do ensino superior foram criados num período de pressão da população para o Governo Provincial de Malanje. Por causa da aproximação das eleições gerais marcadas no país, que estavam marcadas para 31 de agosto de 2011, um episódio muito importante na história de Angola, resultando em maior atenção por parte do Ministério do Ensino Superior na criação de cursos.

4.5 A supervisão do ensino no Brasil: entre historicidade e política

Este tema é resultado de uma pesquisa de mestrado intitulada “Supervisão da Educação do Estado de São Paulo: Estado do Conhecimento de Dissertações e Teses (2006-2016)”. No presente excerto, apresentaremos o contexto histórico e político da supervisão docente no Brasil, demonstrando como ela foi sendo construída no sistema educacional brasileiro, sua elaboração foi subsidiada pelas produções resultantes de pesquisas bibliográficas e pela análise da legislação educacional que aborda o tema “ensino de supervisão”.

Toda a discussão elaborada sobre esse tema foi estruturada de acordo com a cronologia histórica dos períodos políticos instituídos no Brasil, desde o Brasil Imperial até as atuais germinações democráticas.

Nesse sentido, destacamos que:

Esse olhar para o passado como fonte de conhecimento é o que possibilita a reflexão crítica sobre a atual atuação da supervisão docente. Justamente pela falta desse conhecimento histórico, muitos supervisores não conseguem modificar uma prática demasiadamente voltada para as questões administrativas da escola, esquecendo-se da função principal da escola, que é proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo para a construção de cidadãos críticos e reflexivos. . (BARBOSA, 2008, p. 36).

No contexto histórico da constituição do ser docente e da profissionalização da educação, também é retratada a presença do supervisor docente. A história registra a presença desse agente com a chegada dos primeiros jesuítas, no período da colonização

em 1549 (SAVIANI, 2008).

Ao abordar a supervisão docente e sua evolução social, política e histórica, destaca aspectos que envolveram o surgimento dessa função:

[...] com a chegada dos jesuítas em 1549, iniciou-se a organização das atividades educativas, com base em um plano constituído por um conjunto de regras, que abrangia todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino, onde a ideia de função fiscalizadora (CUSINATO, 2007, p. 20)

4.6 O Brasil Colonial e a estruturação da supervisão docente

Neste período histórico, no Brasil, predominava a atividade educativa desses missionários, liderados por Manuel da Nóbrega, que foi ordenado pela Companhia de Jesus em 1544, que, a convite do rei D. João III, embarcou na expedição de Tomé de Sousa. Manoel da Nóbrega havia sido nomeado pelo rei para ser o primeiro governador-geral, com a missão de se dedicar à catequese dos indígenas.

Assim, podemos dizer que a supervisão passou a existir no cenário brasileiro já na *Ratio Studiorum*, por volta do ano de 1570 (SAVIANI, 2008).

Ratio Studiorum pode ser entendido como:

Filho da experiência, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia. A esta formação viva e orgânica deve a sua unidade, harmonia e equilíbrio perfeito. Deve-lhe também e, sobretudo, o espírito que o informa e caracteriza a originalidade da sua fisionomia. A pedagogia dos jesuítas sintetiza com vigor e alegria as características dominantes: "o currículo humanista; o método e a ordem, principalmente parisienses; o espírito, inaciano" (FRANCA, 1952, p. 95).

A proposta combinava estudos humanísticos com estudos científicos, pois o objetivo era formar homens que soubessem pensar e escrever, pois a forma ideal é aquela que permite o desenvolvimento das capacidades para o exercício da virtude (FRANCA, 1952).

Ressaltamos aqui que o plano já era regido por bases autoritárias e fiscalizadoras, pois era necessário manter a ordem na colônia, todos deveriam professar a fé católica, ou seja, a verdade dos chamados dominadores.

Assim, pode-se dizer que, na *Ratio Studiorum*, há princípios de supervisão docente, ou seja, a função supervisora é enfatizada em relação a outras funções educativas por meio do prefeito de estudos e concebida na ideia como um trabalho peculiar. (SAVIANI, 2008).

A partir do século XVIII ocorreram diversas inovações tecnológicas que modificaram substancialmente a vida das sociedades humanas, gerando transformações significativas na organicidade econômica, com a abertura de um padrão de economia artesanal para um padrão de economia industrial (SANTOS, 2012).

Com o contínuo progresso técnico, o capitalismo industrial foi alocando cada vez

mais capital para o lucro, ampliando assim o espaço entre a burguesia proprietária dos meios de produção e a classe trabalhadora, esta foi designada a regência do capital e do trabalho. Próprio proletariado.

4.7 Do Império à República: Supervisão na mudança estática

Na transição do Brasil Império para a República, a maior representatividade política e econômica no Brasil foi dos cafeicultores, que coagiram outros a conquistar apenas seus interesses, desconsiderando assim os interesses da nação ainda embrionária (SILVA, 2010).

A República, então, como regime político, foi proclamada justamente para esse fim, atendendo e suprimindo as necessidades dos cafeicultores (FRANCO, 1998).

A supervisão docente destacou a prontidão e formação dos professores por meio de teorias de administração e organização na área empresarial americana. Embora existam resquícios da supervisão escolar no Brasil durante o período republicano e esta seja pautada pelos princípios da fiscalização e da fiscalização, essa função é reconhecida juridicamente com a promulgação do Parecer CFE nº. 252/69, visando alcançar um avanço na qualidade do ensino nas escolas (SILVA, 2010).

Dessa forma, com as habilitações instituídas pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 252/69, o curso de Pedagogia passou a se pautar em uma formação enraizada na racionalização e fragmentação entre teoria e prática, e na separação entre funções no desenvolvimento do trabalho escolar e formação de professores (CUNHA, 1985).

Portanto, a constituição do curso de Pedagogia tornou-se precária para enfrentar os ideais propostos pela Lei nº 5.540/68, que presumia o fim do regime acadêmico, a instauração do regime de crédito e a departamentalização das instituições escolares. Nível superior.

De acordo com essa proposição, os cursos de Pedagogia devem fornecer a base para o profissional da área da educação, podendo exercer múltiplas funções, de acordo com as diferentes habilitações: administração, orientação, supervisão, entre outras.

Ao tratar da supervisão, a Lei nº 5.692/71 aponta a necessidade de formação e admissão de especialistas para o ensino de 1º e 2º graus nas unidades escolares da rede pública e privada. Também menciona a necessidade de formação continuada (aperfeiçoamento) de especialistas em educação e aponta que a remuneração será baseada na qualificação dos professores.

Em relação à regulamentação do exercício da supervisão, acreditamos que, para que isso se torne imprescindível, é necessário que haja o surgimento de uma compreensão inovadora da educação que permita a participação social, em que a Supervisão Educacional seja um mediador nesses espaços. da educação (RANGEL, 2010).

4.8 Supervisão de professores no Brasil: florescimento democrático e seus frutos e raízes autoritárias

Os tentáculos da democracia e da participação atingiram o pico na década de 1980. Podemos citar que esta década foi considerada um período de grandes dificuldades, ou seja, a condição socioeconômica dificultou a vida do povo brasileiro.

A alta inflação e o desemprego foram constantes nesse período, mas também foi o início da luta pela redemocratização da sociedade brasileira (SILVA, 2010). A situação educacional da época era marcada por altos índices de analfabetismo, reprovação e exclusão escolar, o que demandava então um novo direcionamento na política educacional (FERREIRA, 2012).

Na década de 1990, a supervisão passou a ser discutida como elemento necessário e relevante para a mudança escolar. A ação fiscalizadora, embora não associada à produtividade docente, como em décadas anteriores, continuou a ser corresponsável pela qualidade do ensino oferecido pelas escolas, mas em um contexto mais geral, que se pretendia descentralizado.

Com o intuito de regulamentar essa profissão, o Senado aprovou, em 18 de outubro de 2007, o projeto de lei oriundo da Câmara nº 132/05, que regulamentou a profissão de supervisor educacional. Os profissionais que atuam na área, geralmente como supervisores, coordenadores ou orientadores pedagógicos, passaram a ter sua situação regulamentada por meio desta lei.

A história da supervisão docente é conjugada com a história da educação brasileira, embora as ações da supervisão, por sua vez, pudessem, por um lado, ser direcionadas para práticas transformadoras e comprometidas com a democratização do ensino e a defesa da educação para todos. CHEDE, 2014).

Portanto, concordamos com Mészáros (2008) quando retrata a dinâmica da história. A história que caminha para a mudança é a mesma história que caminha para a manutenção de ideais ora coletivos, ora fisiológicos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos um breve histórico da supervisão docente no Brasil, abrangendo os aspectos históricos e políticos. Nossa discussão começa no Brasil colonial, no qual retratamos historicamente, desde a chegada dos jesuítas (Ratio Studiorum), os signos da supervisão docente.

Seguimos no caminho de um Brasil independente, onde, apesar de todas as mudanças instituídas, fica claro que a independência proclamada ou decretada não liberta o país dos grilhões do controle do Brasil colonial.

Analisamos a supervisão nessa árdua e agitada historicidade e nos deparamos com o PABAAE, no qual, mais uma vez, se destaca a produtividade da educação de qualidade.

Os agentes de educação foram treinados quantitativamente. Atrevemo-nos a dizer que hoje, na educação paulista, podemos estar vivenciando um segundo PABAE, mas sem direito a viagens internacionais para treinamento, sendo oferecida uma TV, caracterizada como “Rede do Saber”.

Do Império às Associações de Supervisores, notamos um grande crescimento relacionado à luta por reconhecimento e por tornar-se sujeito no contexto educacional. Nesse momento, destacamos a criação do Encontro Nacional de Supervisores, que visava ampliar e solicitar o aprimoramento da supervisão educacional no Brasil.

Por fim, entre germinações democráticas e frutificações autoritárias, nos deparamos com a reorganização dos movimentos sociais (ANPED, CNTE e ANDES). Também nesse período, analisamos, na década de 1990, um novo modelo de supervisão em relação ao novo modelo de gestão estatal.

Mesmo que a supervisão docente naquela época já estivesse regulamentada, a luta pelo reconhecimento, pela garantia de direitos, era constante, pois, apesar dos desdobramentos da democracia e da autonomia, a burocracia e o não reconhecimento da educação como fator ainda estavam em jogo. força responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Ao abordar as questões educativas a nível internacional, destacamos que o Ensino Superior em Angola está em desenvolvimento com a criação de novas instituições de Ensino Superior presentes nas 18 Províncias do país. Essa dinâmica de expansão das instituições gerou um aumento de cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento.

A expansão das IES com o aumento dos cursos de graduação abriu portas para a criação de cursos de mestrado e doutorado. O interesse da população em frequentar as IES aumentou a necessidade do país de criar novas instituições para suprir a demanda.

Destacamos também a importância do surgimento e expansão das instituições privadas em Angola, que permitiram ultrapassar as dificuldades do Estado em formação de pessoal, reduzindo assim a pressão exercida pela população no acesso ao ensino superior.

Salientando que o estado de Angola está a criar novas políticas públicas com a criação de novas IES, houve a necessidade de criar a Universidade Lueji A'Nkonde com a desfragmentação da primeira Universidade do país em várias regiões acadêmicas foi um passo crucial para a chegada do ensino superior na província de Malanje. Acreditamos que a implementação dos primeiros cursos de ciências do ensino superior, criados nas instalações da Faculdade de Medicina, trouxe à província de Malanje um grande e significativo avanço no desenvolvimento da cultura acadêmica, dando oportunidade a muitos professores e alunos de lecionar e frequentar mais alto formação em cursos superiores diferenciados.

Por fim, ressalte-se que tal tema é visto que, até o momento, não foram encontrados estudos sobre a implantação dos primeiros cursos de ciências do ensino superior na Província de Malanje em Angola.

A escola como um todo é uma instituição que se estruturou com base em que apesar

de estarem em realidades diferentes, elas se apresentam de uma forma muito comum, essa é a ideia de cultura escolar que temos hoje e que muitos aspectos têm que ser repensado para mudar a escola, nada mais legítimo neste momento de pandemia que atinge o mundo, estudar e analisar esses aspectos, considerando que as diferentes realidades estão tendo que repensar suas escolas devido à pandemia.

Por tudo isso, a comunidade escolar deve estudar questões de identidade de gênero e sexualidade. E para aqueles que são professores e funcionários da escola, todos devem passar por treinamentos com frequência para que alcancem os alunos com mais respeito em suas diferenças.

Este é um estudo inédito porque busca a articulação entre aspectos da educação angolana e aspectos da educação brasileira. Nesse sentido, os pesquisadores angolanos que estão no Brasil têm contribuído muito, considerando que, até agora, não existiam estudos comparativos de grande escala como atualmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. **O curso de pedagogia em Santa Catarina: A história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960.** Florianópolis. Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88321/229912.pdf?squence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 de abril. 2020.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 26/18 de 1 de fevereiro.** (2018, 1 de fevereiro) Publicado no Diário da República I Série, N.º 15.

ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 7/09 de 12 de Maio.** (2009, 12 de maio). Publicado no Diário da República I Série I N.º 87.

ANGOP. **Criada comissão de gestão dos cursos de ciência de educação.** 2012. Recuperado de: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2012/0/2/Criada-comissao-gestao-dos-cursos-ciencias-educacao,04ccb795-a17f-455e-846c-a6f334429192.html >. Acesso em: 12 de outubro. 2019.

BARBOSA, R. F. **A função supervisora de ensino: encontro e desencontros.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo. 2008. 101f.

BRASIL. **Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 252/1969.** Fixa o curso do conteúdo na organização e direção do curso observado da organização969b. (Documento, n. 100).

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. 1996

BRASIL. **Presidência da República. Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 20 de agosto. 2020.

BRASIL. **Senado Federal. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá providências. São Paulo: SE/CENP.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 209 p.

CURIHNGANA, F. **Malange tem mais cursos de licenciatura.** Jornal de Angola, 2011. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/malange_tem_mais_cursos_de_licenciatura>. Acesso em 02 de Outubro de 2019.

CARVALHO, P. C. **Evolução e crescimento do ensino superior em Angola.** Revista Angola de Sociologia – RAS, 2012. Retirado de: <https://journals.openedition.org/ras/422>. Acesso em: 11 de setembro. 2019.

CHEDE, R. A. F. V. **A história da supervisão do ensino paulista: recursos institucionais, contradições e perspectivas transformadoras (1965-1989)** – Campinas, SP, 313f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, São Paulo, 2014.

CUNHA, L. A & GÔES, M. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

CUSINATO, M. N. C. **O novo perfil do orientador de ensino: um ideal a atingir.** 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2007.

DE CERTEAU, M. **A operação histórica.** In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). História: novos problemas. 2. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

ETZKOWITZ, H. & Leydesdorff, L. **A dinâmica da inovação: dos Sistemas Nacionais e “Modo 2” à Tríplice Hélice das relações universidade-indústria-governo.** Política de Pesquisa 29 2000 109–123. Recuperado de: [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4). Acesso em: 16 de junho. 2019.

ETZKOWITZ, Henry & Zhou, Chunyan. Hélice Tríplice. **Inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo.** Revista de Estudos Avançados, São Paulo. Versão impressa ISSN 0103–4014 versão On-line ISSN 1806–9592 Estud. Av. vol.31 no.90 mai./ago. 2017. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190>. Acesso em: 16 de julho. 2019.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica.** 16 edição. Petrópolis Ed. vozes 2012.

FRANCO, M.S.C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 2a.ed. São Paulo: 1998. Ed. UNESP. 1998.

FRANCA, L. O método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 192p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 148p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253p.

Gil, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002. 176p.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2008. 220p.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2010. 184p.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LHARCO, F. Filosofia da informação. **Uma Introdução a Informação como fundação da ação, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica, 2003. 207p.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, 59 (19). Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola, 2014, 40142017.3190. Accessed in: 16 July. 2019.

LIBERATO, E. **Importância da cooperação portuguesa e brasileira na formação superior em Angola**. in Barreto, Maria Ant3nio e Costa, Ana B3rнад da. II COOPEDU. *Cooperação e Educa33o: 33frica e o Mundo*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA - IUL) do Instituto Universit3rio de Lisboa e pela Escola Superior de Educa33o e Ci3ncias Sociais do Instituto Polit3cnico de Leiria, 2012. Accessed in: 18 July. 2019.

MAINARDES, J. **Reflex3es sobre o objeto de estudo da pol3tica educacional**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Brasil. Jan-Abr. 2018. Retrieved from: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201841399p.186-201>. Accessed in: 13 November. 2019.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na Escola das Diferen3as; Fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 230p.

PINTO, 3nio Brito. **Orienta33o sexual**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015. 204p.

RANGEL, M. **O estudo como pr3tica de supervis3o**. In: RANGEL, Mary (Org.). *Supervis3o pedag3gica: princ3pios e pr3ticas*. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2010

SANTOS, M. P. **Historiando a supervis3o educacional no Brasil: da ger3ncia empresarial burocr3tica 3 gest3o escolar democr3tica**. *Educa33o em Revista*, Mar3lia, v. 13, n. 2, p. 25-36, jul./dez. 2012.

SAVIANI, D. **A supervis3o educacional em perspectiva hist3rica: da fun33o 3 profiss3o pela media33o da ideia**. In: FERREIRA, N. S. C (Org.) *Supervis3o Educacional para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008

SILVA, E. & Valentim, M. L. P. **A contribui33o dos sistemas de inova33o e da cultura organizacional para a gera33o de inova33o**. *Revista de Informa33o*, Londrina, v. 23, n. 1, p. 450 – 466, jan./abr. 2018. Dispon3vel em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acessado em: 02 Junho. 2019.

SILVA, J. D. **A supervis3o de ensino e o fortalecimento do espa3o democr3tico da escola p3blica**. 390f. Tese (Doutorado em Educa33o) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, R. C. **O uso de documentos de patentes para a gestão da inovação.** In Souto, F. L. (Cap. 4, p) Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014. 312 p.

VALENTIM, Marta L.P. (2008). **Informação e conhecimento em organizações complexas.** In: Valentim, M.L.P. (Cap. 1, pp.11-27). São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008, 272p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 21, 96, 98, 113, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139

Agir docente 155, 156, 161, 165, 166, 167, 172

Alfabetização 97, 172, 256

Angola 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 18

Antirracismo 49, 106, 107, 113

Aprendizagem 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 63, 64, 69, 83, 84, 97, 101, 105, 107, 108, 110, 116, 117, 140, 141, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 158, 159, 161, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 229, 230, 233, 234, 235

B

Bioética 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Brasil 1, 2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 29, 31, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 92, 93, 96, 97, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 139, 155, 171, 177, 229, 231, 236, 240, 245, 246, 247

Brincadeiras 140, 146, 148, 151, 242, 243, 244, 246, 247, 248

C

Cidadania 27, 43, 44, 67, 74, 78, 110, 114, 123, 128, 129, 150, 151, 162, 172, 230, 231, 232, 239, 245

Ciências 1, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 29, 30, 33, 34, 36, 41, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 103, 128, 140, 152, 153, 154, 227, 232, 256

Complexidade 23, 31, 36, 39, 94, 159, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 23, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 39, 44, 48, 52, 53, 55, 58, 69, 73, 74, 75, 94, 96, 98, 102, 113, 114, 115, 138, 140, 147, 148, 156, 157, 158, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 230, 231, 236, 238, 246, 247

Conscientização 97, 100, 101, 126, 182

Crianças e jovens 25, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 151, 245

Cultura 5, 6, 10, 15, 16, 18, 19, 30, 32, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 63, 66, 71, 89, 96, 100, 104, 105, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 195, 204, 207, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 228, 229, 230, 238, 246, 247, 255, 256

Currículo 4, 12, 43, 44, 48, 49, 66, 71, 73, 76, 78, 79, 83, 84, 89, 102, 107, 108, 153, 166, 176, 181, 182, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241

D

Dinâmicas culturais 144, 148, 151

Dinâmicas educativas 140, 144, 145, 151

Direito 9, 15, 54, 66, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 113, 121, 122, 125, 132, 134, 244, 245

Diversidade 1, 2, 5, 8, 31, 44, 46, 49, 53, 59, 73, 80, 81, 88, 89, 92, 94, 100, 110, 114, 115, 142, 152, 153, 158, 167, 231, 248

Docência no ensino superior 30

Dualidade 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 165, 243

E

Educação de jovens e adultos 67, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 105

Educação infantil 1, 3, 27, 66, 154, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Educação superior 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 69

Educación 59, 184, 185, 186, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educación continua 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educación superior 59, 186, 195, 196, 197, 201, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 253, 255

Egresados 193, 202, 204, 206, 207, 208, 212, 249, 251, 252, 253, 254

Ensino de ciências biológicas 30

Ensino profissional 61, 72

Equidade de gênero 242, 243, 244, 245, 246, 247

Escola pública 18, 70, 93, 94, 104, 109

Estágio docente 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41

F

Filosofia 1, 18, 73, 89, 103, 106, 107, 115, 116, 128, 173, 256

Formação integral 61, 74

Foucault 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 159, 172

G

Gênero 1, 2, 4, 5, 16, 100, 123, 125, 155, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Gestão 15, 16, 18, 19, 27, 45, 50, 59, 74, 78, 89, 130, 134, 170, 185, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Gestión académica 195

Gestão administrativa 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 212, 217

Gestão tecnológica 195, 208

I

Identidade docente 30, 33, 36

Inclusão 3, 9, 67, 69, 70, 71, 75, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 148, 172

Instituição de ensino 2, 8

Integração 45, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 78, 96, 104, 182, 233, 234

Internacionalização 51, 57

L

Lei 10639/2003 43

Lei 11645/2008 43

Liderazgo 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 204

M

Mercosul educacional 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58

O

Oferta acadêmica 197, 206, 208, 209, 212, 214, 221, 249, 253

Organización 185, 186, 187, 188, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 222

P

Pandemia 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115

Perspectiva freiriana 92, 93, 100, 102, 103

Planejamento 33, 37, 39, 40, 45, 50, 56, 155, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 185, 233, 234, 237

Planificación 185, 187, 188, 197, 204, 205, 206, 212

Práticas pedagógicas 33, 37, 68, 95, 100, 115, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 244, 245

Privação de liberdade 128, 129, 133, 138

Processo de Bolonha 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Professoras 25, 156, 160, 161, 162, 166, 170, 227, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 238

R

Racismo 43, 44, 46, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118

Representações sociais 95, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 227, 228, 231, 232, 239, 240

S

Sociedade 3, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 15, 21, 26, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 86, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 110, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 137, 139, 140, 142, 144, 146, 151, 152, 158, 159, 160, 161, 175, 177, 231, 240, 243, 244, 245, 246, 247

Subjetividade 128, 138

T

Transdisciplinaridade 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Transformación digital 195, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 208, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226

V

Violência 21, 47, 99, 107, 108, 110, 111, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 135, 136, 138, 139

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES





5

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br